CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento por **Consulta Prévia N.º 7/2023**

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.ª | **Objeto do contrato**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento que tem por objeto **a contratação de serviços de Vigilância Humana para Unidades Funcionais de Saúde do Município da Figueira da Foz, pelo período de 16 de fevereiro até 15 de abril de 2023,** nas condições descritas na Parte II do presente documento.

CPV: 79714000 – 2 (Serviços de vigilância)

Cláusula 2.ª |**PREÇO BASE**

O preço base do procedimento, estabelecido para o Caderno de Encargos, para os efeitos decorrentes do artigo 47.º do CCP, é de **€ 5.637,08 (cinco mil seiscentos e trinta e sete euros e oito cêntimos),** não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo o máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

Cláusula 3.ª | **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado e seus anexos.
2. O Contrato integra os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que estes erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
c) O presente Caderno de Encargos;
d) A proposta adjudicada;
e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
f) Identificação do Gestor de Contrato;

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª **| Duração do contrato**

1. O contrato vigorará pelo período compreendido entre 16 de fevereiro e 15 de abril de 2023, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. A **denúncia** deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias (quando aplicável).

Capítulo II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I – Obrigações do cocontratante

Subsecção I – Disposições Gerais

Cláusula 5.ª | **Obrigações principais do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o fornecedor a obrigação principal de cumprir com zelo o serviço contratado.
2. O cocontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
3. Constituem ainda obrigações do cocontratante:

a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
b) Prestar os serviços, no prazo identificado na proposta adjudicada;
c) Obrigação de garantir a prestação dos serviços de acordo com especificações técnicas, constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos;
d) Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços;
e) Obrigação de cumprir com a legislação em vigor e demais legislação que, entretanto, venha a ser publicada no âmbito do objeto do contrato;
f) O cocontratante ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo;
g) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao contraente público, o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o contraente público;
h) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

j) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

k) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Subsecção II | **Dever de sigilo e proteção de dados**

Cláusula 6.ª|**Informação e sigilo**

1. O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.
3. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Secção II | **Obrigações da Entidade Adjudicante**

Cláusula 7.ª **| Preço contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade Adjudicante deve pagar ao cocontratante, os serviços efetivamente prestados, nos termos da Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com o(s) preço(s) constante(s) da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais e quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
3. Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 8.ª **| Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade Adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, no **prazo máximo de 60 dias**, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, indicando sempre o número sequencial de compromisso.
2. Não poderão ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
3. Poderão ser realizados pagamento por conta do valor global do contrato desde que sejam de valor igual ao dos serviços efetivamente prestados.
4. Em caso de discordância por parte do Município da Figueira da Foz, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Capítulo III - Penalidades contratuais, denúncia e resolução

Cláusula 9.ª **| Força maior**

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao cocontratante.
2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3. Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
4. Não constituirão casos de força maior:

a) as circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
b) as determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
c) as manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo cocontratante;
d) os incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
e) as avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante, não resultantes de sabotagem;
f) os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10.ª **| Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, nos seguintes casos:
   a) Desvio do objeto do fornecimento;
   b) Interrupção do fornecimento por facto imputável ao cocontratante;

c) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas deste Caderno de Encargos.

2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao cocontratante e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante
3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade Adjudicante com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.
4. Nos termos do artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos pode proceder-se à resolução total ou parcial do contrato por razões de interesse público, em virtude de alterações na organização, e consequentemente o tipo de fornecimento contratado deixar de ser necessário.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação ao adjudicatário com 60 dias corridos de antecedência.

Capítulo IV | Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 11.ª | **Prestação de caução**

Não há lugar à prestação de caução nos termos do nº 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.ª | **Garantia de cumprimento contratual**

A Entidade Adjudicante pode procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador do serviço das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Capítulo V | Gestão do Contrato

Cláusula 13.ª **| Supervisão e controlo**

1. A Entidade Adjudicante designa o gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A, a quem compete com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
2. Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.
3. O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
4. Caso se verifiquem situações anómalas no fornecimento ou na prestação dos serviços, e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Capítulo VI – Cessão da posição contratual

Cláusula 14.ª | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor ou a cessão da posição contratual depende da autorização prévia da entidade Adjudicante.

Cláusula 15.ª | **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.

4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo VII – Proteção de dados Pessoais e Dever de Sigilo

Cláusula 16.ª|**Proteção de dados**

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando "o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados", e "o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito".
2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

4. O cocontratante fica obrigado a cumprir o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, entrou em vigor no dia 25/05/2018, no que concerne à recolha e tratamento de dados pessoais.

Cláusula 17.ª | **Obrigações do Subcontratante,**

nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)

1. O Subcontratante compromete-se:

a) A não contratar outra entidade subcontratante sem o consentimento anterior e expresso do contraente público, fornecido por escrito.

b) Não transferir os dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, salvo o cumprimento de uma obrigação legal ou interesse público caso em que dará conhecimento ao contraente público;

c) Guardar sigilo sobre todos os conhecimentos que tiver no exercício da sua atividade;

d) Possuir e a manter as medidas técnicas e organizativas adequadas e suficientes para que o tratamento dos dados pessoais que levar a cabo cumpra os requisitos do RGPD, nomeadamente no que toca à defesa dos direitos dos respetivos titulares e à segurança do referido tratamento, de forma a não colocar em risco os dados pessoais dos respetivos titulares, designadamente:

i) Assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas de tratamento;

ii) Restabelecer a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de incidente físico ou técnico;

e) Prestar assistência à entidade adjudicante permitindo que esta cumpra as obrigações a que está legalmente obrigada, nomeadamente:

i) Dar resposta aos pedidos dos titulares que atuem no exercício dos respetivos direitos;

ii) Implementar as medidas de segurança adequadas e suficientes ao referido tratamento;

iii) Notificar a Autoridade de Controlo em caso de violação de dados;

iv) Comunicação a violação referida no ponto imediatamente anterior ao respetivo titular;

v) Realizar avaliações de impacto para a proteção de dados.

f) Apagar ou devolver ao contraente público, consoante o que esta exigir, os dados pessoais a que teve acesso, no término das atividades a desenvolver, apagando as cópias existentes, salvo no cumprimento de uma obrigação legal ou existência de interesse público, caso em que dará conhecimento ao contraente público;

g) Disponibilizar ao contraente público todas as informações necessárias para que esta cumpra as obrigações a que esteja sujeita, contribuindo para as auditorias, inspeções e demais fiscalizações conduzidas por aquela;

h) Conservar registos escritos das atividades de tratamento de dados pessoais realizadas em nome do contraente público, designadamente:

i) Nome e contactos das Partes, bem como do encarregado da proteção de dados;

ii) Categorias de tratamentos de dados pessoais;

iii) Descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança;

i) Disponibilizar os registos referidos na alínea anterior à Autoridade de Controlo nos casos legalmente exigidos.

j) Não tratar quaisquer outros dados pessoais ou aplicar ou utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade para além da atividade prevista no considerando 6, nem os utilizar para as suas próprias finalidades.

k) Disponibilizar a necessária formação em proteção de dados ao pessoal autorizado a tratar dados pessoais.

l) Quando necessário, designar um encarregado de proteção de dados e comunicar o nome e dados de contato dessa pessoa ao contraente público.

Capítulo VIII – Disposições finais

Cláusula 18.ª | **Publicidade**

O cocontratante não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o presente contrato, sem a prévia autorização da entidade Adjudicante.

Cláusula 19.ª | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para os seguintes endereços de e-mail:

   a) Para o contraente público: municipe@cm-figfdoz.pt ;

   b) Para o cocontratante: o e-mail a indicar;

   c) Qualquer comunicação que não possa ser efetuada para os e-mails constantes das alíneas anteriores, será efetuada para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

   d) **Qualquer questão relativa à faturação deverá ser enviada para o e-mail: contabilidade@cm-figfoz.pt**

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª | **Legislação aplicável**

Em tudo o que for omisso no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e demais legislação aplicável.

Cláusula 21.ª | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.ª | Objeto do contrato

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento que tem por objeto a **contratação de serviços de Vigilância Humana para Unidades Funcionais de Saúde do Município da Figueira da Foz, pelo período de 2 meses,** com as seguintes especificações:

1. Os serviços de vigilância humana serão prestados nas seguintes Unidades Funcionais de Saúde:

a) **Centro de Saúde de Buarcos**, sito na Avenida Dr. Mário Soares - Buarcos

b) **Instalações da Equipa de Tratamento da Figueira da Foz**, sitas na Rua Dr. Calado, nº. 2 - Figueira da Foz

2. A tipologia de vigilância e segurança a aplicar nas duas instalações será adotada em conformidade com as necessidades e natureza de cada um dos locais a proteger, de acordo com o que a seguir se discrimina:

a) **<u>Centro de Saúde de Buarcos</u>**

- Um vigilante das 17h00 à 20h00, todos os Dias Úteis
- Um vigilante das 09h00 às 13h00 aos Sábados

b) **<u>Equipa de Tratamento da Figueira da Foz</u>**

- Um vigilante das 08h30 às 13h00 e das 15h30 às 17h00, todos os Dias Úteis

Cláusula 2.ª | Requisitos gerais

1. A Adjudicatária garantirá, na execução das funções e tarefas no âmbito do contrato a que se refere o presente caderno de encargos, o cumprimento integral da legislação aplicável ao exercício da atividade, nomeadamente do Regime do Exercício da Atividade de segurança Privada regulado pela Lei 34/2013, de 16 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei 46/2016, de 08 de julho.

2. Obriga-se ainda a cumprir, nomeadamente, os seguintes requisitos gerais, para além dos previstos nos requisitos específicos e nas normas técnicas de serviço a elaborar para cada edifício:

   a) Prevenir ocorrências de intrusão, furto, roubo, incêndio, inundação, sabotagem, vandalismo, desordens e, de um modo geral, de tudo o que coloque em causa a segurança de pessoas e bens ou perturbe o normal funcionamento dos Serviços;

   b) Realizar o controlo de acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas a áreas restritas ou reservadas, conforme os procedimentos em vigor ou definidos pelos responsáveis pelas instalações;

   c) Proceder à receção, registo e encaminhamento de todas as pessoas e viaturas que venham às instalações, adotando os procedimentos mais adequados para o efeito;

   d) Intervir em situações anormais, nomeadamente em defesa da integridade física de cidadãos e de funcionários das instalações, situações de emergência, nas quais possa ser requerida a evacuação total ou parcial das instalações;

   e) Monitorizar os sistemas ativos de controlo e segurança das instalações, tais como alarmes de intrusão, de deteção de incêndios e outros;

   f) Supervisionar o comportamento das pessoas em toda a área das instalações;

   g) Supervisionar o acesso das pessoas aos diversos locais das instalações, impedindo a entrada e permanência de pessoas em locais de acesso para os quais não estão autorizadas;

   h) Adotar os procedimentos adequados em caso de recusa de cumprimento das normas estabelecidas no regulamento das instalações;

   i) Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de combate a furtos, incêndios, inundações, explosões, e outros, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;

   j) Zelar pelo cumprimento dos regulamentos e normas em vigor nas instalações;

   k) Realizar rondas no interior das instalações;

   l) Abrir e encerrar os acessos às instalações, quando aplicável;

   m) Elaboração de relatórios diários de todas as ocorrências;

n) Gestão de chaveiros das instalações nos termos fixados para o efeito;

o) Deteção e impedimento da entrada de intrusos nas instalações;

p) Verificação e listagem dos equipamentos obrigatoriamente ligados/desligados;

q) Verificação de torneiras de segurança, sistemas de deteção/extinção de incêndios, quadros elétricos (centrais e setoriais), alarmes, extintores, postos de transformação (eletricidade), pontos e áreas sensíveis, saídas de emergência e iluminação;

r) Obrigação de execução, quando aplicável, de todas as tarefas inerentes ao serviço de Portaria/Receção, nomeadamente a receção de correio, encomendas e demais documentação, de acordo com as normas em vigor no espaço;

s) Realização de atendimento telefónico e do encaminhamento das chamadas, quando solicitado;

t) Obrigação de o vigilante, antes de proceder ao encerramento das instalações:

    1. Apagar as luzes desnecessárias, verificar torneiras e autoclismos;
    2. Verificar o estado de encerramento de portas e janelas;
    3. Ligar e/ou desligar os quadros elétricos ou ativar e/ou desativar máquinas ou outro equipamento de acordo com instruções recebidas;

u) Obrigação de reação a qualquer emergência verificada (criminosa ou acidental), procedendo à minimização das suas consequências através da adoção de ações de segurança;

v) A intervenção, de acordo com as suas competências, em eventos que ocorram no perímetro exterior do edifício que coloquem em causa a integridade do edifício, de bens, dos funcionários ou dos seus utilizadores.

3. Fica a Adjudicatária responsável por todos os danos que, por si ou através dos seus agentes, provocar, sendo obrigado a reparar e indemnizar o Município da Figueira da Foz. Obriga-se ainda a manter a disciplina, boa apresentação e capacidade de execução das tarefas dos vigilantes nomeados para o serviço.

4. O Município da Figueira da Foz reserva-se o direito de exigir a substituição dos vigilantes que comprovadamente não se adequem às funções objeto do presente procedimento.

Cláusula 3.ª | Perdidos e Achados

Todos os objetos perdidos nas instalações que venham a ser encontrados pelos vigilantes ou a eles entregues deverão obrigatoriamente ser entregues ao responsável das instalações e mencionados no relatório diário, através dos seguintes elementos:

a) Descrição do objeto;

b) Hora, local e circunstâncias em que foi encontrado;

c) Identificação de quem o encontrou.

Cláusula 4.ª | *Perfil do vigilante*

Para além do que a Lei 34/2013 para ele estabeleça, o Vigilante deverá reunir as condições pessoais e profissionais necessárias ao exercício da função e das tarefas decorrentes do presente Caderno de Encargos, esperando-se nomeadamente dele que:

a) Tenha capacidade de iniciativa, observação, diálogo e espírito de serviço;

b) Seja pontual, zeloso, honesto e ter boa apresentação pessoal;

c) Saiba operar meios-rádio, sistemas de segurança e central telefónica;

d) Saiba expressar, em relatório diário, as ocorrências de serviço;

e) Seja possuidor de credenciação legal válida para o exercício da função.

Cláusula 5.ª | Níveis de serviço

1. A Adjudicatária obriga-se a cumprir os níveis de serviço referidos nas alíneas seguintes, sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações estabelecidas no presente Caderno de Encargos, na legislação geral e específica e das boas práticas correspondentes ao setor de atividade onde a Adjudicatária se insere:

d) Apresentar ao serviço o pessoal afeto nos horários estabelecidos no contrato;

e) Não substituir pessoal sem autorização prévia do Município, salvo nos casos de emergência (motivos de força maior), devendo ser dada posteriormente comunicação da justificação para a substituição;

f) Assiduidade e pontualidade;

g) Aprumo, apresentação e postura de acordo com as condições definidas pelo Município;

h) Conhecimento técnico de operação dos sistemas de segurança instalados;

i) Capacidade de expressão oral e escrita.

Cláusula 6.ª | Supervisão e substituição de pessoal

1. A Adjudicatária assegurará o adequado enquadramento da equipa de Vigilantes sob um supervisor, o qual deverá manter uma relativa relação de proximidade com o Município, a quem caberá, designadamente, a elaboração de horários e escalas de serviço, a coordenação diária da atividade de vigilância e segurança, assegurar substituições em caso de doença ou outros impedimentos dos vigilantes escalados e articular com os responsáveis das instalações a resolução de questões inerentes à prestação do serviço. Durante o prazo de vigência do contrato, será o contato privilegiado com os elementos nomeados pelo Município para monitorização e acompanhamento do contrato, a quem se reportarão dúvidas, propostas de melhoria, questões relativas à faturação, questões técnicas, etc. Uma eventual alteração do representante deverá ser comunicada atempadamente à Entidade Adjudicante.
2. Os Vigilantes deverão estar vinculados à Adjudicatária por contrato individual de trabalho, a termo ou por tempo indeterminado.
3. O pessoal de vigilância afeto aos serviços objeto do presente procedimento deve usar uniforme e ser titular de cartão profissional emitido pela Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna nos termos e para os efeitos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, o qual deverá ser aposto de forma visível;
4. A Adjudicatária obriga-se a manter a disciplina e boa apresentação dos Vigilantes.
5. A Adjudicatária obriga-se, sempre que tal seja por conveniente, a retirar da prestação dos serviços abrangidos pelo presente procedimento, quaisquer Vigilantes que o Município fundamentadamente indique.

Cláusula 7.ª | Obrigações relativas a seguros

A Adjudicatária obriga-se a celebrar e manter em vigor durante todo o período de vigência do presente contrato:

a) Contrato de Seguro de Responsabilidade Civil;

b) Contrato de Seguro de Acidentes de Trabalho.

Cláusula 8.ª | Legislação laboral

1. A Adjudicatária respeitará toda a legislação aplicável e em vigor, nomeadamente, as prescrições legais sobre salários mínimos, horários de trabalho, responsabilidades por acidentes de trabalho e quaisquer determinações ou razões que lhe sejam impostas por entidades oficiais:
   a) A Adjudicatária deverá respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
   b) No cumprimento do estabelecido no número anterior, a Adjudicatária obriga-se a afixar no local de trabalho os mapas de horário de trabalho dos vigilantes;
2. No termo do contrato por decurso do prazo ou por resolução, o destino dos trabalhadores da Adjudicatária em serviço no Município, assim como, todas as demais consequências emergentes dos contratos de trabalho celebrados pela Adjudicatária será da única e exclusiva responsabilidade deste.

Cláusula 9.ª | Segurança e utilização de equipamentos

1. A instalação, manutenção e fornecimento dos equipamentos adequados e necessários à prestação do serviço de vigilância e segurança são da inteira responsabilidade do prestador de serviços;
2. São da inteira responsabilidade do prestador de serviços os encargos e responsabilidades decorrentes do desenvolvimento da prestação do serviço e a utilização dos equipamentos a que respeitem quaisquer normas de segurança, designadamente em relação às pessoas, patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade.

Cláusula 10.ª | Prevenção de transmissão de vírus – COVID 19 e outros

Vigorando medidas ativas de redução de risco de transmissão comunitária do vírus COVID 19 ou outros, competirá ao vigilante cumprir e fazer cumprir entre os utilizadores do espaço as medidas de prevenção em vigor para estabelecimentos de saúde ou similares, nomeadamente:

i. Alertar para o uso de máscara dos que circulam no espaço da entidade adjudicante;
ii. Indicar que sejam aplicadas as medidas de desinfeção das mãos à entrada dos edifícios;

iii. Zelar pelo cumprimento das normas de etiqueta respiratória;
iv. E outras medidas que sejam definidas pela entidade adjudicante ou pelos responsáveis das instalações.